



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

DIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dircilene Ferreira de Oliveira

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 16 de Dezembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Professora Marielle Morais de Oliveira – Orientador

Professora Dircilene ferreira de Oliveira – cursista

RESUMO

O presente trabalho tem como temática: A Importância da Avaliação no Processo da Gestão Democrática da Escola Municipal Simão da Costa Campos. A escolha do tema se deve a análise do Projeto Político Pedagógico e a vivência na instituição escolar, onde foi possível observar às situações conflitantes no que diz respeito à avaliação. A pesquisa demonstrou que os professores muitas vezes se sentem perdidos ao avaliar e os alunos não aceitam o processo avaliativo como algo necessário. Faz-se necessário discutir o processo de Gestão Democrática como estabelecimento de uma proposta que não envolva apenas mudanças nos instrumentos a serem utilizados no processo avaliativo, mas também mudança nos princípios teóricos e metodológicos que sustentam a prática docente. A metodologia partiu de uma análise do Projeto Político Pedagógico e observação participante na escola, de caráter descritivo, no sentido de conhecer a percepção de professores e alunos quanto ao processo avaliativo. Após colher os dados serão analisados por meio de um referencial teórico contribuindo para uma efetiva apreciação sobre o tipo de avaliação utilizada na instituição pesquisada favorecendo o processo de Gestão Democrática.

.

Palavras-chave: Aprendizagem. Avaliação. Gestão Democrática.

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 AVALIAÇÃO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	07
1.1 O papel do professor no âmbito das funções do processo avaliativo	10
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	13
3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	21

INTRODUÇÃO

Avaliar é compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno e, por isso, não deve ser praticada com base, exclusivamente, em notas, que contribuem, quase sempre, para a comparação de desempenhos e não objetivos que se deseja atingir. É nessa perspectiva que, atualmente, muito se tem discutido sobre avaliação no contexto escolar, tendo em vista a busca por uma definição do seu verdadeiro significado.

Percebe-se, no ambiente escolar, certo descontentamento no que diz respeito à avaliação, seja entre os educandos, seja entre os educadores, pois, as escolas aderem a diferentes critérios de avaliação do rendimento escolar, muitas vezes causadores do distanciamento entre aluno, instituição e sociedade.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como temática: A Importância da Avaliação no Processo da Gestão Democrática da Escola Municipal Simão da Costa Campos.

A escolha do tema se deve a análise do Projeto Político Pedagógico e a vivência na instituição escolar, onde foi possível observar às situações conflitantes no que diz respeito à avaliação.

A instituição escolar denominada Escola Municipal Simão da Costa Campos está localizada na área rural de Varzelândia- Minas Gerais na comunidade de Lagoinha I, oferecendo o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais para 250 (duzentos e cinquenta) alunos, conforme matrícula inicial dos 06 aos 15 anos de idade em Tempo Integral correspondendo aos turnos matutino e vespertino.

A escola possui uma clientela de classe média baixa, onde os pais dos alunos em grande porcentagem precisam ausentar dos lares para desenvolver o trabalho agrícola em outras cidades, sendo que o recurso mais efetivo das famílias é advindo de programas governamentais. Os professores possuem nível superior, atingindo o número de 20 (vinte) profissionais de ensino. Diante do exposto à sistemática da Avaliação no contexto escolar está fundamentada no Projeto Político Pedagógico da escola em que é plausível de modificações teóricas e práticas, uma vez que engloba em sua elaboração a participação da comunidade.

É fato que a avaliação é uma prática social ampla e isso se deve à capacidade que o indivíduo tem de observar, refletir e julgar. Contudo, na escola essa dimensão não tem sido muito clara, já que ao longo das décadas ela vem sendo utilizada como atribuição de notas, com vistas à promoção ou reprovação do aluno (LUCKESI, 1996, p. 33).

A partir dessa constatação, embasada pelo autor, o presente estudo encontra justificativa, pois demonstra que nem sempre os professores definem os objetivos que querem alcançar com seus alunos; não utilizam o ato de avaliar como feedback, para eles e para o seu próprio trabalho, mas sim como instrumento de poder, capaz de vangloriar-se com a possibilidade de punir os alunos inquietos, desinteressados e desrespeitosos no momento da prova.

Segundo Fernandes e Freitas (2007), a cultura meritocracia brasileira naturaliza o uso das notas com a finalidade de classificar os melhores e os piores avaliados. Aqueles que enquadram no que é apregoado, os melhores, seguirão em frente, enquanto que os que não atingirem os patamares impostos pelas técnicas de avaliação, repetirão o processo.

Isso implica que, para a maioria, avaliar é sinônimo de medida, de atribuição de um valor em forma de nota ou conceito. No entanto, a base da fundamentação do ato de avaliar precisa ser de que este é uma atividade orientada para o futuro, ou seja, avalia-se para melhorar a atuação futura.

Analisar a importância da avaliação no processo de Gestão Democrática se faz imensamente relevante, uma vez que, como já foi explicitado nos parágrafos anteriores, muitos equívocos têm sido evidenciados na escola quando o assunto é avaliar.

Dessa maneira, o presente estudo partiu de uma análise do Projeto Político Pedagógico e observação participante na escola, de caráter descritivo, no sentido de conhecer a percepção de professores e alunos quanto ao processo avaliativo.

Após colher os dados serão analisados por meio de um referencial teórico contribuindo para uma efetiva apreciação sobre o tipo de avaliação utilizada na instituição pesquisada favorecendo o processo de Gestão Democrática.

1. AVALIAÇÃO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Avaliar, palavra de origem latina que provem da composição *a-valere*, que quer dizer “dar valor a...”. No dicionário Aurélio, a palavra significa “determinar a valia ou o valor de”; não obstante, avaliação significa: “ato ou efeito de avaliar” (FERREIRA, 2001, p. 77), implicando um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado (LUCKESI, 2000, p. 7).

O ato de avaliar não é recente, prova disso que os primeiros sinais de uma avaliação datam de aproximadamente 2.025 a. C, época em que os chineses já administravam testes para admissão ao serviço civil, ou seja, de homens que trabalhassem pelo Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, a maioria das atividades estava condicionada à aplicação de testes; foi somente a partir de 1950, com escritos de Tyler (1974), nos Estados Unidos, que este mito começou a ser quebrado. A atuação de Ralph W. Tyler trouxe outra percepção para a avaliação, a de que educar consiste em mudar padrões antigos ou mesmo gerar novos padrões de comportamentos (ANDRIGHETTO e RICHTER, 2009).

Segundo Luckesi (2000) a avaliação de aprendizagem pouco tem a ver com avaliação, pois está baseada muito mais em provas/exames do que em avaliação.

Essa é uma origem da escola moderna do século XVI e XVII, época em que a sociedade burguesa utilizava a aplicação de provas e exames para atribuir notas ou conceitos; prática que contribui para a exclusão e marginalização de grande parte dos indivíduos da sociedade. Nesse sentido, hoje se fala em avaliação, mas os instrumentos utilizados para avaliar são os mesmos dos séculos referendados, resultando inclusive na mesma exclusão, evidenciada no século XVII.

Faz-se necessário compreender que a avaliação é um dos pontos mais essenciais para o alcance de uma prática pedagógica competente. Por assim o ser, ela precisa desgarrar-se dos resquícios antepassados que marginalizavam os sujeitos por eles não atingirem a média estipulada.

Para Tyler (1975, p. 99), avaliação:

Consiste essencialmente em determinar se os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino como os objetivos visados constituem em produzir certas modificações desejáveis nos padrões de comportamento do estudante, avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo.

Na fundamentação de Tyler (1975) está presente o enfoque funcional da avaliação, uma vez que precisava, primeiramente, partir de objetivos previstos. Um pouco mais tarde, em 1968 surge o modelo de avaliação elaborado por Daniel Stufflebeam, que focou o dimensionamento da avaliação com o objetivo de orientar a tomada de decisões de maneira a torná-las adequadas. Para este autor:

Avaliar se refere a qualquer processo por meio do qual alguma ou várias características de um aluno/a, de um grupo de estudantes, de um ambiente educativo, de objetivos educativos, de materiais, professores/as, programas, etc., recebem a atenção de quem avalia, analisam-se e valorizam-se suas características e condições em função de alguns critérios ou pontos de referência para emitir um julgamento que seja relevante para a educação. (STUFFLEBEAM, 1987, p19)

Libâneo (1994, p. 195) define avaliação como:

Um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas.

Corroborando com Libâneo (1994), Stufflebeam (1987, p. 19) define avaliação como “o julgamento sistemático do valor ou mérito de algo, que serve como suporte de informações relevantes, possibilitado a melhoria da qualidade da didática educacional, no que diz respeito à efetividade e eficiência”.

Também Tyler (1974) já dizia que o processo avaliativo perpassa pela determinação do grau dos objetivos educacionais, ou seja, consiste em analisar se estes estão realmente sendo alcançados, e se estão buscando produzir mudanças nos indivíduos.

Nessa perspectiva, Haydt (1997) enseja que é integral o objetivo da avaliação, uma vez que analisa e julga todas as dimensões do educando, considerando-o como um ser completo. A avaliação é assim entendida como um instrumento de busca pelo crescimento do ser humano em todos os seus aspectos sejam eles de cognição, nível pedagógico ou de socialização.

Em outras palavras, a avaliação é o ponto de partida para a aprendizagem do aluno, pois é a partir dela que o professor tem a possibilidade de verificar as necessidades que cada aluno possui, podendo realizar as intervenções pedagógicas necessárias.

Esse pressuposto de avaliação é que diferencia o professor avaliador do professor examinador; enquanto este objetiva medir e classificar os conhecimentos dos alunos, aquele se encarrega de buscar a melhoria da aprendizagem (LUCKESI, 2002).

No Art. 9 a LDB deixa explícito o objetivo principal da avaliação e a incumbência da União nesse sentido:

A União incumbir-se-á de:

VI. Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Já no Art. 24 o texto enseja que a avaliação deve contemplar a educação básica, nos níveis fundamental e médio, e seguirá algumas regras comuns no que diz respeito ao seu desenvolvimento, entre elas:

A educação básica, nos níveis: fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

(...)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) "obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;"

Como se pode constatar, o texto normativo não trata a avaliação como recurso classificatório, mas como um instrumento para diagnosticar deficiências a serem sanadas. A avaliação não deve ser utilizada para classificar os alunos ou criar estereótipos sobre os mesmos; pelo contrário, deve servir como mediador entre as estratégias didático-metodológicas, utilizadas pelo professor, e a contextualização do aluno (RAMAL, 1998).

1.1 O PAPEL DO PROFESSOR NO ÂMBITO DAS FUNÇÕES DO PROCESSO AVALIATIVO

Três funções da avaliação são referendadas pela literatura, são elas: diagnóstica, de verificação e de apreciação.

A função diagnóstica, como o próprio nome já diz, traz informações acerca das capacidades do aluno no início do processo de ensino/aprendizagem, ou seja, diagnostica o nível de aprendizagem do aluno para, em seguida, traçar estratégias para se desenvolver as capacidades dele.

Ela auxilia na identificação das habilidades, bem como detecta as causas das dificuldades na aprendizagem.

Segundo Miras e Solé (1996, p. 381)

A avaliação diagnóstica pretende averiguar a posição do aluno face a novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e as aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de obviar as dificuldades futuras e, em certos casos, de resolver situações presentes

A avaliação formativa proporciona ao educando conhecer seus erros e acertos e, a partir deles, formular um estudo sistemático dos conteúdos com maior estímulo. Ademais dos benefícios proporcionados ao aluno, essa função possibilita ao professor detectar e identificar possíveis deficiências na forma de ensinar, atitude que auxilia na reformulação do seu trabalho didático (HAYDT, 1995).

Segundo Sant'anna (2001), a avaliação formativa indica como os alunos estão respondendo aos objetivos propostos pelo professor, e como este analisa sua ação pedagógica:

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (SANT'ANNA, 2001, p. 34).

De acordo com Miras e Solé (1996, p. 378), a terceira função da avaliação é a somativa, que tem como objetivo determinar o grau do aluno em uma área de aprendizagem. Pode ser utilizada ainda para classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento, ao final de um período de aprendizagem.

De acordo com Gadotti (1991), independente da função da avaliação um aspecto é fato, ela é indispensável à educação, pois é a partir dela que se concebe a

problematização, questionamento, reflexão sobre a ação; ela é necessária para que se possa refletir, questionar e transformar as ações interpostas no ambiente educacional, principalmente para a solidificação de uma Gestão Democrática na escola.

Locatelli (2002) considera que a avaliação do professor deve ser tanto formativa, quanto diagnóstica. Formativa quando ela vai além do saber dos alunos e busca construir e solidificar valores, atitudes e hábitos; diagnóstica, quando necessitar verificar possíveis problemas na formação de conceitos e habilidades, para que estas não caracterizem sérios problemas no futuro.

Além disso, tem-se a avaliação somativa ou informativa, da qual o professor lança mão ao fim de cada unidade de trabalho ou bimestre. Por meio desta avaliação, o professor avalia as habilidades e, assim, revê o que não foi dominado, modifica estratégias de ensino e retoma conceitos.

Locatelli (2002) ainda acrescenta que quando as informações são repassadas e usadas pelos professores, por meio de vários tipos de avaliações, o desenvolvimento dos alunos, bem como seus desempenhos podem ser bastante aprimorados.

Testes e provas não devem ser os únicos instrumentos usados pelos professores para discussão com seus alunos, mas as participações em sala de aula, os projetos desenvolvidos por estes e o rendimento do trabalho do aluno em diferentes grupos, caracterizam a avaliação somativa.

Nessa perspectiva, a autora salienta que “é importante, também, levar os alunos a se engajarem no processo de avaliação, nos diversos momentos da sala de aula, de tal modo que a avaliação participativa desmistifique a avaliação final como modelo único” (LOCATELLI, 2002, p. 21).

Segundo Hoffman (1996), muitos professores estão utilizando as estratégias testar e medir como sinônimo de avaliação e deixando de lado a função básica desta, seu efeito transformador.

A avaliação transformadora é aquela que se atenta para os aspectos cognitivos do aluno, que é dinâmica e não estática, que é contínua e não terminal, que é progressiva e não estanque, que é integrada e não isolada do ensino, que é cooperativa e não realizada somente por professores, e que é voltada para o aluno e não para os conteúdos.

Na perspectiva de Luckesi (2002), a avaliação não pode ser concebida como a tirana da prática educativa, ela é necessária para auxiliar o educador e educando na busca e na construção de si mesmos, e por isso precisa ser amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva.

Desse modo, a avaliação precisa ser vislumbrada como um instrumento que vai além do sentido da aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de uma situação, com vistas a um direcionamento adequado para a sua aprendizagem.

Mas, o que interliga a avaliação como um instrumento de diagnóstico para o processo de ensino e aprendizagem ao processo de Gestão Democrática? No tópico a seguir será delineada a análise do Projeto Político Pedagógico e a vivência realizada na instituição escolar, serão apontadas constatações a respeito do processo avaliativo, sob a perspectiva da Gestão Democrática.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

A observação se ateve para um público alvo constituído por professores e alunos da Escola Municipal Simão da Costa Campos. A escolha pelos sujeitos se deu em virtude da necessidade de obter a percepção tanto dos alunos, alvos das avaliações, quanto dos professores, que adotam o método no seu trabalho pedagógico.

A primeira observação refere-se sobre o processo avaliativo, sendo que o fator emocional, traduzido pelo medo da prova, é um dos principais influenciadores do aproveitamento do aluno.

Foi possível observar na fala dos professores, a falta de comprometimento e o pouco hábito de estudo como fatores relevantes no resultado das avaliações.

Constata-se, a partir da observação dos professores, o que é defendido por Luckesi (2002, p. 11) “Historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do educando de “Avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar exames”.

Em relação aos instrumentos utilizados pelos professores para avaliar os alunos foram apresentados: provas, testes e apresentação de trabalhos e em pequena porcentagem a participação dos alunos durante as aulas e os trabalhos extra classe que são considerados como critérios de avaliação.

Observa-se assim que, a função da avaliação escolhida pela maioria dos educadores no processo educacional é a somativa, já que predominam os exames como recursos classificatórios.

Luckesi (2002, p. 47) já havia descrito esse tipo de atitude dos professores, quando expôs que: “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”.

Para os professores o comportamento dos alunos interfere e muito no aproveitamento da avaliação, notou-se uma tendência dos professores a vincularem

o pouco aproveitamento dos alunos nas avaliações à indisciplina, já que muitos afirmaram que a indisciplina influencia o resultado das avaliações.

É necessária a indagação: Qual a relação entre a nota obtida pelo aluno e sua aprendizagem? Esta pergunta é inerente a análise, pois pôde evidenciar de que maneira os educadores veem a avaliação.

Em seus relatos poucos professores não consideraram que a nota represente o nível de aprendizagem dos alunos, pois, segundo eles, no momento da prova inúmeras situações podem ser recorrentes ao aluno, como por exemplo: nervosismo, problemas pessoais, “branco”, entre outros.

Fato que outros professores discordam, afirmando que a nota representa se o aluno aprendeu ou não o que foi ensinado; se a nota é suficiente, representa que os conteúdos foram consolidados, do contrário, representa que o aluno não deu conta de assimilar o que lhe foi ensinado.

Essa postura dos professores demonstra o que já foi apregoado por Perrenoud (1999, p. 18), quando ele colocou que: “a avaliação tradicional, não satisfeita em criar fracassos, empobrece as aprendizagens e induz, nos professores, didáticas conservadoras e, nos alunos, estratégias utilitaristas”. Isso comprova que os professores ainda não compreendem o conceito de mediação utilizado atualmente para designar suas atividades.

Nas observações no âmbito escolar, nenhum professor pontuou a avaliação como um instrumento para analisar se as estratégias de ensino estavam adequadas, e se era necessário retomar os conteúdos de maneira mais simples, para que os alunos aprendessem.

Isso demonstra que os educadores não percebem a avaliação como um momento também de se avaliar as estratégias metodológicas, como asseguram Santos e Varela (2007). Nota-se que a avaliação ainda provoca um distanciamento entre alunos e professores, impedindo o desenvolvimento de um relacionamento que favoreça o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

As considerações que seguem, buscam contemplar o conceito de Gestão Democrática enfatizado pela avaliação da aprendizagem. Assim, o momento de análise e vivência no âmbito escolar contribui significativamente para tal posição crítica.

De forma geral as formas de avaliações apresentadas na escola não abstraem o interesse dos alunos, o que compromete a percepção positiva que os educandos possuem, sobre a avaliação realizada no ambiente escolar. Isso demonstra que muitos fatores vêm sendo vivenciados nas salas de aulas, anterior e posterior ao processo avaliativo, e refletido no modo como os alunos percebem a avaliação.

Uma possível explicação para tal encontra respaldo em Portásio e Godoy (2007), quando estes colocam que, historicamente, a avaliação está assimilada à punição em relação a um ato considerado errado, dos alunos. Muitos professores ainda utilizam a avaliação para “dar o troco” aos alunos por estes terem sido indisciplinados ou desinteressados, resultado este que dificulta a equidade de aprendizagem dos educandos e conseqüentemente compromete a Gestão Democrática.

Nas conversas informais com os educandos, eles confirmaram que não costumam estudar para as avaliações. A observação suscitou caracterizar o perfil dos alunos, no que toca à avaliação, uma vez que, na escola é possível constatar que os alunos ainda não possuem o hábito de estudo, de leituras e de revisões; só os fazem quando são submetidos a algum tipo de avaliação. É plausível de atenção que a falta de interesse dos alunos, dificulta ao professor despertar o espírito investigativo e o gosto pelo constante aperfeiçoamento das habilidades, que são alcançadas quando os alunos se dedicam ao mínimo de tempo possível para os estudos.

A literatura apregoa sobre o não reconhecimento do erro. Nem os pais, nem os educadores reconhecem a importância do erro, e por isso não percebem nele a oportunidade de refazer e de reconstruir a aprendizagem. Assim, os alunos se sentem pressionados a obterem notas boas nas provas com receio de serem taxados de incapazes, fracassados, entre outros (LUCKESI, 2002).

As técnicas mais utilizadas pelos professores para avaliarem os alunos, são: prova escrita, testes, e trabalhos em grupo. Tais técnicas justificam a preocupação de Locatelli (2002), quando este salienta que os testes e provas não devem ser os únicos instrumentos usados pelos professores para avaliarem a aprendizagem de seus alunos. A avaliação final deve ser desmistificada pela avaliação participativa. Neste sentido, percebe-se que os alunos não veem na avaliação a representação de sua aprendizagem.

Com base nesta abordagem acerca da observação no âmbito educacional, a concepção da avaliação como meio para medir a aprendizagem do indivíduo já está enraizada no consciente dos alunos, esse seria o motivo pelo qual eles acreditam que se não tiram boas notas não alcançaram um nível de aprendizagem almejado pelos pais, pelos professores e pela escola, assim como a didática por parte dos professores compromete a evidenciação da aprendizagem do aluno e mesmo a sua auto avaliação.

Sendo, assim, estes dois fatores relacionados sobre a avaliação de um lado por parte do aluno: não veem na avaliação a representação de sua aprendizagem e por outro lado por parte dos professores como “instrumento superficial” para avaliarem a aprendizagem dos alunos, desfavorecem significativamente a concretização da Gestão Democrática na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a importância da avaliação no processo da Gestão Democrática permitiu compreender as concepções de ensino, de educação e, principalmente, de avaliação. Pensar o processo avaliativo implica repensar a forma de gestão democrática da escola.

A avaliação não deve ser entendida como uma das tarefas mais árduas do trabalho docente, a prática pedagógica comprometida com a aprendizagem do aluno, deve abranger a adoção de um novo Projeto Político Pedagógico, comprometido com o pressuposto de estimular a aprendizagem por meio de uma avaliação emancipatória.

O trabalho demonstrou que avaliação vem sendo concebida por educadores e educandos no ambiente escolar de maneira pessimista, negativa e errônea. Resquícios de uma sociedade burguesa, a avaliação é vista como um processo de punição, de manutenção do poder e de hierarquia social, em que os melhores, “mais capazes” são aprovados, enquanto que os “fracos”, que não atingem as médias pré-estabelecidas, são cada vez mais excluídos do processo, sendo impossível estabelecer a gestão da democracia.

Na perspectiva docente, a observação apontou o que foi ressaltado no referencial teórico, ou seja, os professores continuam lançando mão da avaliação como meio para medir a aprendizagem dos seus alunos, e quando estes não atingem as notas estipuladas são responsabilizados pelo próprio fracasso. A indisciplina, o desinteresse e o pouco comprometimento com os estudos são aspectos usados para justificar o baixo desempenho dos educandos.

A observação com os educadores foi consonante com a observação realizada com os alunos, haja vista que a percepção que os alunos têm da avaliação é reflexo da maneira como os professores trabalham em sala de aula. Como se pôde constatar na vivência da escola, os alunos comprovaram que as técnicas de avaliação utilizadas pelos professores permeiam a aplicação de provas e testes, os quais acabam por causar medo, insegurança e pressão nos alunos.

Em suma, este trabalho não esgota as possibilidades de discussões sobre a temática, mas sim expande a pauta de análises para que estratégias mais coerentes sejam implantadas no âmbito da avaliação de forma a viabilizar a sua

intenção prática ao processo de Gestão Democrática. O processo educacional é dinâmico e heterogêneo e, por isso, necessita vincular-se a parâmetros atuais que objetivem a função primeira da educação, formar cidadãos conscientes de sua condição de aprendiz por meio da gestão democrática da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Marcos José. RICHTER, Cleitom José. Avaliação Escolar. I **Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia**, 2009, p. 1545.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 Mar 2009.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos de. **Currículo e Avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GADOTTI, M. **Uma escola para todos os caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMAN, Jussara Mari Lerch. **Avaliação Mediadora: Uma prática de construção da pré-escola à universidade**, Porto Alegre, RS. 8ª ed. Mediação Editora.1996.

LIBÂNEO, JC. **Didática - A avaliação escolar**. São Paulo: Cortez; 1994,p.195.

LOCATELLI, I. **Construção de instrumentos para a avaliação em larga escala e indicadores de rendimento: o modelo do Saeb**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 25, 2002, p.3-21.

LUCKESI, CC. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10 ed. São Paulo: Cortez; 2000, p. 07 e 20.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 1996, p. 33.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002,p.11 e 47.

MIRAS, M. SOLÉ, I. **A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem**. In Coll, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996,p.378.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Escola Municipal Ricardo José Lopes. Lassance / MG.2013,p.16.

RAMA, Andrea Cecília. Lendo no viés das palavras: concepções de Avaliação na LDB. **Revista de Educação CEAP**, ano 6, n. 21, 1998.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** Critérios e instrumentos. 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001,p.34.

STUFFLEBEAM, D. **Evaluación sistemática.** Barcelona. Paidós-MEC, 1987,p.19.

TYLER, Ralph. **Princípios básicos de currículo e ensino.** Porto Alegre, 1975,p.99.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

**DIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA
FABIO LOPES DE OLIVA
HALYNE CRISTINE ALMEIDA**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora tal Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. AVALIAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

É urgente a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, escola esta que assuma, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas em sua estrutura, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar, desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano.

Para que o ensino fundamental seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art.5º). Faz-se necessário, ainda, ressaltar que em análise o documento que ora apresenta, é possível afirmar que este busca em sua fundamentação teórica efetivar um Ensino de qualidade empenhado com a construção sólida do saber a ser apresentado e consolidado na instituição de ensino.

A Escola Municipal Simão da Costa Campos, localizada na área rural de lagoinha I do município de Varzelândia – Minas Gerais atende aos alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em Tempo Integral.

A estrutura física da escola fica, assim, definida: 05 salas de aula, sendo que no turno matutino, são atendidos os alunos do 5º(Ciclo Complementar do Ensino Fundamental), 6º, 7º (Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental) e 8º e 9º (Ciclo de Consolidação do Ano do Ensino Fundamental) e no turno vespertino compreende as turmas multiseriadas de 1º e 2º Ano e 3º e 4º Ano, assim no turno vespertino a escola dispõe de 02(duas) salas de aula ociosas para atendimento a demanda dos alunos atendidos em tempo integral, já no turno matutino não há disponibilidade de salas de aulas.

O regimento da escola compreende ao atendimento educacional de 140 (cento e quarenta) alunos, conforme relação de matrícula inicial realizada pela instituição, na modalidade de Ensino regular e de tempo integral da Rede Municipal de Educação e sob orientação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Sendo dirigido o ensino de Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano por 02(dois) professores de língua Portuguesa, 01(um) professora de Língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) professor de Educação Religiosa, 01(um)

professor de Matemática, 01(um) professor de Redação, 01(um) professor de Ciências, 01(um) professor de História, 01(um) professor de Geografia, 01(um) professor de Educação Física.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são 03 (três) professores que desenvolvem os conteúdos básicos estabelecidos no Plano Curricular Municipal conforme a Resolução estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação e 01(um) professor de Educação Física e 01(um) professor de língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) Especialista da Educação Básica como recurso de apoio pedagógico e 01(um) Diretor Escolar.

A comunidade em que a escola está inserida é considerada em nível sócio-econômico baixo, sendo que a maioria dos “chefes de família” desloca-se dela de 06 a 10 meses para trabalho em lavouras de café e pepino em outras regiões de forma a subsidiar as despesas em casa, a principal renda das famílias é advinda de Programas Governamentais como Bolsa Escola.

Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é o documento que depois de formulado deve nortear todas as ações da escola e sua construção dá-se na coletividade, nesse sentido foi de extrema importância no período de elaboração do Projeto Político Pedagógico o envolvimento com as famílias e comunidade assim como a participação ativa nas reuniões e atividades extracurriculares da instituição de ensino.

Em relação ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, o instrumento imprescindível para esse acontecimento é o planejamento participativo, que colabora no sentido da efetiva participação de todos nas decisões. Vasconcelos (2000, p. 169) revela que o Projeto Político Pedagógico “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos socio-históricos na construção de uma nova sociedade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é hoje, sem dúvida, o maior legado que uma família pode proporcionar aos seus. Cada vez mais, governos, pais e equipe pedagógica se unem no sentido de promover a equidade educacional a crianças e jovens.

A promoção da educação, bem como sua real efetivação se constitui como tarefa árdua e constante nos debates atuais, daí a importância de se construir um projeto que vá ao encontro das perspectivas geradas no âmbito educacional.

Apresentaremos a Proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, da Comunidade de Lagoinha I, do município de Varzelândia/MG, através do qual foi proposto a legitimidade e a efetividade das ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional e além de tudo respeitando as crianças como sujeitas da aprendizagem.

A sua elaboração foi desenvolvida de forma a efetivar a participação efetiva da comunidade escolar, principalmente os pais das crianças sendo estes atores indispensáveis para subsidiar a prática pedagógica, considerando parceiros de extrema importância para o sucesso do Ensino.

Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os

referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o conhecimento de seus alunos, constituindo-se numa organização aprendente, que qualifica não só os que nela aprendem, mas também os que nela ensinam.

Partindo deste princípio, com base as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação de Varzelândia - MG, assim como a relação entre a realidade da Escola Municipal Simão da Costa Campos e fundamentados por pensadores de Educação, fundamentaram o Projeto político Pedagógico da Escola Municipal Simão da Costa Campos, sendo necessário considerar que não há uma ordem pré-estabelecida, para as ações a que se destina este documento as quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. Faz-se necessário citar que a retomada do papel da equipe pedagógica e sua função no processo de construção do conhecimento do aluno, bem como do papel da equipe diretiva como responsável pela gestão da escola são indispensáveis para: consideração em relação aos espaços e tempos da escola, planejamento de ampliação e reforma da escola e a sua adequação, assim como para a gestão da aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos.

A definição de política de formação continuada em serviço facilitará a reflexão do professor sobre sua prática sendo esta a norteadora das ações pedagógicas condizentes para a promoção do saber, assim como a organização e acompanhamento da implementação de políticas educacionais. Neste sentido a elaboração da proposta pedagógica, com ênfase nas dimensões do desenvolvimento humano, propõe o aprofundamento da discussão sobre a organização curricular e do ensino dentro do processo educativo e sua constituição nos projetos político-pedagógicos das escolas, reforçando a importância de todos os componentes curriculares (no conjunto) e de cada área uma dentro do processo de aprendizagem.

A sistematização da ênfase ao lúdico e ao brincar nas metodologias amplia o aprofundamento da concepção de infância, pré-adolescência e adolescência, considerando assim o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura (alfabetização e letramento) e do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades. Neste sentido a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, ampliam a discussão sobre a avaliação, sua concepção, os objetivos, instrumentos e modalidades e por fim a consideração de que o processo de aprendizado é constante e ininterrupto, orientando a progressão continuada dentro do ciclo, com possibilidade de manutenção entre os ciclos.

A ampliação do conceito de inclusão para além das questões de necessidades especiais enfatizará a inclusão social, étnica e de gênero e a discussão da política de inclusão das crianças com necessidades especiais viabiliza a discussão do conceito e da política de Educação Integral, apostando no aumento do tempo de permanência do aluno na escola num trabalho qualificado.

A escola precisa, ainda, da participação da comunidade como usuária. Ciente deste serviço, de maneira que as interações sejam permeadas pelo conhecimento das atribuições de cada um, conforme o cargo/papel social que ocupa, de acordo com legislação vigente, assim estabelecendo relações de co responsabilidade. Trata-se de romper com os muros da escola e ampliar as interações da comunidade escolar com seu entorno destituindo a lógica de que o melhor espaço para a aprendizagem é a sala de aula.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A educação, enquanto política pública representa uma estratégia eficiente na mobilização social das pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida, que perpassa pela formação escolar.

A escola, enquanto espaço diário do exercício de cidadania cumpre o papel fundamental de garantir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, buscando organizar seu tempo pedagógico a fim de atender ao educando no acesso a uma educação de qualidade e de inclusão social.

Assumir o compromisso com a vida das crianças e jovens não é tarefa fácil, porém, é um desafio constante que exige esforço de todos, competência administrativa e pedagógica.

Assim, é preciso compreender alguns aspectos essenciais para fortalecer e melhorar o funcionamento da escola, como: melhor organização do espaço escolar; promoção de uma aprendizagem significativa para a vida do educando, articulando-se com os conhecimentos anteriores, planejando atividades e criando situações que permitam agregar os vários conceitos anteriores; avaliação e intervenção nos conteúdos e na metodologia do ensino para cada grupo de alunos; avaliação contínua da aprendizagem dos alunos, intervenção nos conteúdos e na metodologia.

Como dos resultados, possibilitando o avanço nos cursos e nos anos, acerca do ensino e aprendizagem; planejamento de ações a curto, médio e longo prazo de forma coletiva, procurando atender a necessidade da comunidade escolar; trabalho com a diversidade de questões que surgem no âmbito da sala de aula, estabelecendo prioridades e mediando situações problemas, na relação professor – aluno; melhor participação de todos os segmentos: família, comunidade e equipe gestora, onde os alunos se sintam acolhidos e seguros, e consigam aprender melhor; valorização dos profissionais e alunos, bem como, o envolvimento de todos, no trabalho em equipe com transparência e clareza nas decisões, com ética profissional fundamentada nas bases legais.

Desta forma, o ambiente escolar deve ser construído coletivamente dentro de um espaço público de discussão, com base num processo de ação-reflexão-ação, voltado para a formação de uma nova concepção de homem, de mundo e de

sociedade, ressignificados com base em princípios humanísticos, democráticos e libertadores. Portanto, faz-se necessário uma análise, e posterior proposição de adequação da estrutura organizacional administrativa e pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos com o objetivo de identificar e implementar as políticas educacionais estabelecidas por este sistema de ensino.

A estrutura administrativa realiza a alocação e gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Abrange todos os elementos de natureza física, tais como o estado de manutenção do prédio e das instalações e equipamentos; os materiais didáticos, mobiliário, distribuição da dependência e espaços livres, limpeza, ventilação e iluminação.

Neste sentido a estrutura administrativa da Escola Municipal Simão da Costa campos confere aos requisitos “básicos” para o desenvolvimento da ação educativa, com base os elementos de composição da estrutura que são: 05(cinco) salas de aula, 01(um) laboratório de informática, 01(um) pátio, 01(uma) sala de professores, 01(uma) cantina, 01(uma) sala de apoio pedagógico, além de dispor de espaço no arredor da escola para brincadeiras livres ou mesmo dirigidas, 12(doze) Professores, 01(um) Especialista da Educação, 04(quatro) auxiliares de serviços gerais e 04(quatro) monitoras para o Programa Mais Educação- Escola em Tempo Integral, ainda os recursos de suporte ao ensino são diferenciados graças ao recurso financeiro da Unidade Executora da escola, recursos do Programa Mais Educação e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A estrutura administrativa busca articular com os setores e as funções da escola de forma a favorecer o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e ainda buscando fortalecer e dinamizar as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo o atendimento das especificidades de cada uma delas.

É importante salientar que essa organização administrativa da escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, buscando articular-se com as especificidades e demandas da comunidade. Para tanto, é necessário que a estrutura organizacional da escola situe a posição de cada elemento e estabeleça funcionalidades em sua estrutura.

Como também permita a todos os profissionais recursos didáticos, para extrapolarem a sua criatividade de conduzir o conhecimento com que venham subsidiar à sua prática, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes.

Para o alcance dessas condições deve-se atuar tendo como objetivos: redefinição da estrutura administrativa da escola favorecendo a organização do fluxo de materiais, organização do espaço físico e do trabalho pedagógico; dimensionação da estrutura da escola em reforma de sua estrutura física, para que este seja um ambiente acolhedor e agradável para o favorecimento de ensino atendendo suas tipificações e a lotação de recursos humanos e ainda a capacitação dos profissionais da escola para implementação da nova estrutura organizacional administrativa da escola.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura organizacional pedagógica determina a ação da estrutura administrativa. Organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades, refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo.

Para desenvolver a ação educativa, depende-se dos elementos de composição da estrutura organizacional, articulada com os setores e as funções da escola.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa busca determinar um novo fazer pedagógico dirigido aos 140(cento e quarenta) alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, aliado ao trabalho pedagógico voltado a perspectiva construtivista de ensino e ao compromisso da instituição escolar, enquanto promotora de políticas públicas de qualidade.

Vale ressaltar que em raras metodologias aplicadas pelos professores, foi possível verificar a adoção metodológica em sala de aula da perspectiva construtivista de ensino na íntegra, o que potencializa a fragmentação do ensino.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, busca coordenar e executar projetos pertinentes ação pedagógica, sendo indispensável a participação de todos os envolvidos no processo educacional de estudos e debates a cerca do trabalho a ser desenvolvido, as turmas são organizadas conforme dispõe a Resolução 2.197 de 26 de Outubro de 2012, em turmas heterogêneas conforme a idade dos alunos.

A participação na coordenação do conselho de classe é requisito indispensável para a discussão e reelaboração da proposta pedagógica assim como a coordenação e participação no processo de implementação da auto-avaliação na

unidade escolar, sendo assim assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é dever e compromisso indispensável a este trabalho.

Ao estimular o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos é mais significativo a elaboração de relatórios de dados educacionais objetivando a ação-reflexão-ação.

Assim sendo em relação à organização didático pedagógica, são considerados neste planejamento: o zelo pela integridade física e moral do aluno, a coordenação das atividades de planejamento pedagógico da escola, a participação da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Intervenção Pedagógico. Haja vista que a coordenação, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola condiz com o desenvolvimento de projetos pedagógicos, sendo necessário a articulação com órgãos gestores de educação e intersetoriais. A elaboração e cumprimento do calendário escolar e o incentivo aos alunos em participarem dos grêmios estudantis, palestras, seminários, feira cultural e artística, apresentação em assembleia das datas cívico-sociais, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, facilitam o intercâmbio com outras instituições de ensino.

O desenvolvimento de avaliação da aprendizagem e o repasse dos resultados para os pais, compreende a integração da escola com a família do aluno e a comunidade assim como o cumprimento da legislação escolar e educacional. A avaliação da aprendizagem propõe assim a execução e avaliação das atividades, sistematizada pela elaboração operacionalização e divulgação do aproveitamento do aluno como proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino.

Neste sentido para promover uma aprendizagem significativa é fundamental a prática de reunião de conselho de Classe sendo que a sua discussão deve contemplar: elaboração de portfólios das turmas, utilização de recursos tecnológicos, elaboração e avaliação periódica do regimento escolar, planejamento pedagógico com base o perfil do aluno, auto avaliação pelo professor, discussão dos resultados dos alunos, relatório individual do aluno, dentre outros aspectos de caráter didático-pedagógicos plausíveis de discussão, reelaboração e aplicação a prática educativa.

3. CURRÍCULO

O currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos é desenvolvido conforme orientação do Programa Oficial de Ensino, Referencial Curricular da Rede Municipal e Parâmetro Curricular Nacional. O que se refere à Base Nacional Comum de comum acordo com a LDB 9394/96, Art. 26 e 27 compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Educação Religiosa e na parte diversificada Inglês com disciplina obrigatória, Redação e Expressão para 6º e 7º Ano e Geometria para 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental por serem conteúdos que atendem melhor a comunidade.

Na Educação de Jovens e Adultos o Plano Curricular é constituído pelos componentes da Base Nacional Comum, sendo que eles são trabalhados a partir dos eixos temáticos (temas geradores) abordados de forma interdisciplinar. A metodologia aplicada valoriza as experiências do aluno onde este deixa de ser mero receptor e passa a ser sujeito da construção de seu conhecimento. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Assim, isso implica que essa organização, elaborada principalmente no Projeto Político Pedagógico da escola deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção.

Entre eles o fato de que o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro. O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continuará sendo construído. A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme Veiga (2002, p. 7) afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. A organização do currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento.

A organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade; assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ideário de Educação de um modo geral, ainda faz parte de uma idealização utópica da sociedade. Seja pela falta de políticas pedagógicas efetivas, propostas pedagógicas firmes e comprometidas ou pela falta de conhecimento deste campo, pose-se afirmar que esta realização ainda soma um desafio social.

Acompanhamos, portanto, uma realidade em que muitos projetos não são valorizados, em que há um desconhecimento do significado do exercício pedagógico e que não oferece condições para que as legislações se concretizem.

Neste contexto, sabe-se que a interação, a troca de experiências, o estímulo, a apropriação dos diversos conhecimentos no Ensino Fundamental, são fundamentais para garantir à criança o seu desenvolvimento e conseqüentemente a formação integral como ser humano. Mas então perguntamos como trabalhar neste

sentido de desenvolvimento, trazendo significado para esta prática, se, como educadores têm classes heterogêneas, muitas vezes sem apoio familiar, tendo ainda em desvantagem estes desafios já caracterizados? E, ainda assim, como trabalhar atividades com a criança sem interferir, no papel de adulto, em suas atitudes e interações promovendo a autonomia e a criatividade? Deste modo, entendendo a turma como um espaço heterogêneo, tendo em vista a faixa etária, o histórico, as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e históricas de cada criança, devemos pensar em atividades diversas, as quais deverão envolver as crianças e assim estimular a partir do dia-a-dia o desenvolvimento de uma série de habilidades.

Esta organização do tempo e espaço escolar deve ser construída a partir deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança etc.

Para proporcionar estas atividades é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas. Partindo deste pressuposto o processo de organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é estabelecido pelo tempo de 04 horas diárias de atividades disciplinares incluindo em alguns casos as atividades extra-classe, no cumprimento de tempos para atividades extra curriculares. Estas são devidamente apropriadas e consolidadas pela escola, em seu planejamento anual são consideradas as capacidades que necessitam ser consolidadas até o final do ano letivo, ainda com a implantação do Programa Mais Educação foi facilitado a apropriação do fazer educativo como extensão do tempo de trabalho com os alunos, o que facilitou um novo redimensionamento do fazer educativo.

Em relação ao espaço as turmas são heterogêneas, já o número de alunos dependem de muitas variáveis no tempo e espaço, sendo que no 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental estabelece o número máximo de 25(vinte e cinco) alunos e os demais anos de escolaridade no máximo 35 (trinta e cinco) alunos.

Deve-se entender que para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que a organização das atividades no tempo e no espaço assegure para além do reconhecimento das especificidades etárias ou da utilização ampla dos

espaços externos e internos, seja assegurado o direito da criança, e o reconhecimento da importância da sua participação ativa neste processo.

Assim, é preciso repensar sobre esse tempo e espaço e suas proposições, reconhecendo a instituição escolar como um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens, brincadeiras, fantasias e sonhos.

Contudo, cada aluno é único e a organização do tempo e espaço escolar deve ser focalizado na vivência e interesse dos alunos. O professor deverá ainda ter em consideração que o ritmo de trabalho dos alunos varia ao longo do dia, como também variam as limitações do grau de atenção dos alunos.

Tendo em conta estes pressupostos o professor deve estar atento a estas variações quando programam as atividades de sala de aula, devem refletir sobre a capacidade dos alunos para aprendizagem, bem como, saber identificar mesmo o próprio rendimento.

O tempo e espaço escolar são aspectos importantes na vida e organização da escola e deles dependem todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo a distribuição destes tempos deve ter em conta o aluno, as suas capacidades e limitações, o seu ritmo de trabalho, a fadiga e o espaço interfere diretamente na elucidação dos interesses e necessidades estando a serviço do principal ator deste processo: O aluno.

Os profissionais de ensino devem saber usar o tempo e espaço da melhor forma possível, quanto melhor o aproveitamento melhor serão os resultados obtidos e a vida escolar será vivida com mais prazer e alegria.

Compreende-se, portanto, que a organização do espaço é uma produção de professores, as quais mediante a elaboração e execução da proposta pedagógica organizam e utilizam o espaço em função de suas concepções.

Em finalização a discussão da temática sobre a organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é importante considerar que

esta ao adotar a modalidade de ensino em ciclos, altera os tempos e os espaços da escola.

Assim a visão crítica das finalidades educacionais da escola interliga a visão de homem enquanto sujeito histórico, busca compreender a sociedade como construção histórica em permanente processo de transformação, valorizando assim a diversidade e os ritmos no processo educativo.

Em síntese o conhecimento como processo de construção e reconstrução visa compreender a aprendizagem como um direito da cidadania, reduzir a reprovação e a ações de recuperação e ampliar o reforço da aprendizagem do aluno e este já define um dos ideários de Educação a ser constituído na escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No exercício do poder está a essência da democracia. E a qualidade do exercício do poder está referida ao espaço de autonomia que fundamenta o ser cidadão e a finalidade da instituição educacional.

O poder é exercido por todos os atores sociais em todas as ramificações da estrutura organizacional. Na dialética do funcionamento da sociedade e das organizações, todos exercem estrategicamente nosso poder. Neste sentido Paulo Freire constitui rica fonte inspiradora: “Assim sendo o exercício da democracia clama cada vez mais pela participação da sociedade na gestão das instituições públicas, pela voz da pluralidade social”(colocar o ano e a página).

Resgatar a dimensão histórica da participação na decisão de todos no que concerne a todos, isto só será viável por mecanismos de representação, ajudando a resgatar o sentimento de pertença a todos do bem público e a responsabilidade coletiva na trajetória humana, presente no ser humano desde os primórdios de sua organização social.

A gestão da Escola Municipal Simão da costa Campos se coloca hoje em uma visão democrática como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E assim situa um dos maiores desafios da instituição escolar: a democracia.

Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania.

A abordagem da gestão democrática do ensino passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. Haja vista que o processo de decisão do Diretor Escolar dá-se através de um processo de eleição sob a responsabilidade da Comissão de Eleição Municipal, além de contar com a representação do Conselho Escolar legalmente constituído, também pela equipe municipal responsável por sua implantação na escola, faz-se necessário considerar que em nossas análises não foi possível evidenciarmos o trabalho do Conselho Escolar nas situações que demandam decisão pela escola, além de que é urgente a apropriação dos membros a este fazer democrático.

Apesar das ações que demandam aplicabilidade para a efetivação de uma gestão democrática é necessário salientar que o gestor busca a partir de suas possibilidades, reunir os profissionais de educação para um diálogo aberto entre eles, favorecendo sim a implantação sólida de sua gestão democrática e participativa, estabelecendo, então, uma nova cultura organizacional e esse fator é essencial no desenvolvimento da função social da escola.

Para atingir plenamente a gestão democrática há de se perceber que todos os setores da unidade escolar necessitam de um envolvimento nessa perspectiva, os avanços dentro do propósito estabelecido devem ser apreciados, avaliados e reavaliados em conjunto. A medida desenvolvida dentro desta percepção conjunta ganhará, por excelência, parâmetros competentes que se transformarão em realidade que, certamente mudarão de forma contínua e gradual os aspectos do cotidiano da unidade escolar.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No que tange às relações de trabalho no interior da Escola Municipal Simão da Costa Campos, este foi percebido em algumas situações como um espaço minado, onde formas diferentes de pensamentos ganham um caráter notadamente antagônico, o que permite afirmar a existência de interesses opostos, em cujo

contexto as imposições de alguns reforçam o poder da individualidade sobre a coletividade.

Este é um desafio para a instituição e para a efetivação das relações democráticas. Na verdade as relações na escola são perpassadas pelo autoritarismo, é hierárquica, tendo em vista o mero controle do trabalho alheio.

Por outro lado, nos discursos de outra parcela de educadores, está presente o desejo de uma escola democrática e de qualidade, um desejo, diria, muito consistente. Mas, por que suas ações reforçam uma estrutura de relação de poder semelhante à do Estado autoritário? Seriam eles também destinados para tal? Eis uma questão para reflexão.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, conselho escolar, professores, diretor, supervisor pedagógico, auxiliares de serviços e etc.).

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior da escola. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

O enfoque do Projeto Político Pedagógico nas relações de trabalho concentra-se na importância e necessidade da participação da família na escola, na vida dos filhos, sendo entendida como estratégia para que os professores possam planejar, propor e coordenar atividades significativas e desafiadoras capazes de impulsionar o desenvolvimento das crianças e de amplificar as suas experiências e práticas socioculturais.

São os pais em parceria com a escola quem poderá mediar às relações das crianças com os elementos da natureza e da cultura, ao disponibilizar materiais, a promoverem situações que abram caminhos, provoquem trocas descobertas, incluam cuidados afetivos, favoreçam a expressão por meio de diferentes linguagens articulem as diferentes áreas do conhecimento e se fundamentem nos princípios éticos, políticos e estéticos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (Brasil. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação - Resolução CEB nº 02/ 1998).

Ainda, assim, e sob o enfoque da importância da família na escola, a sua participação dá-se em fase lenta na instituição de ensino sendo estes submetidos na escola, a partir de convocações diretas por parte da direção da escola.

Considerando importante enfatizar que, para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade; a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia a -dia.

Nesse sentido, a escola poderá ser vista como um espaço vital na luta a favor da democracia. Para tanto, é relevante construir um espaço onde não se pratique mentiras e omissões.

Sabemos que esta será uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas a escola terá sentido tanto para alunos, como para os pais, professores e funcionários da escola como um todo, se todos estes experimentarem o autogoverno, efetivamente concretizará esta prática quando todos os atores da unidade escolar estejam aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma constante em nosso dia-a-dia. Não aquela que fazemos ou que estamos comprometidos a fazer quando nos encontramos na Escola, mas outro tipo, como aquele em que avaliamos impressões e sentimentos.

É assim que, nas interações cotidianas, em casa, em nossa trajetória profissional, durante o lazer, a avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos, sobre o que estamos fazendo, sobre o resultado de trabalhos. Na ação escolar, a avaliação incide sobre ações ou sobre objetos específicos: no caso, o aproveitamento do aluno ou nosso plano de ação. Em relação a aprendizagem sistemática dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental além do planejamento anual, o professor faz o planejamento semanal que é acompanhado pelo Especialista da Educação, nos anos finais do Ensino Fundamental o professor lança o conteúdo trabalhado no diário de classe e faz roteiro das aulas, separadamente e a cada 15(quinze) dias e também é acompanhado pelo Especialista da Educação, são utilizados como critérios de

avaliações além das avaliações bimestrais, fichas de observações e registro, atividades diferenciadas, entre outras conforme a didática do professor.

O essencial é que os instrumentos utilizados provoquem a reconstrução crítica do pensamento e da ação dentro da sala de aula. Daí a importância do envolvimento e do dinamismo nas atividades desenvolvidas e nas atividades para a avaliação, proporcionando ao aluno o diálogo com os conteúdos que lhe são transmitidos e a consequente construção do conhecimento, este processo é garantido através do calendário escolar, de no mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Na avaliação das capacidades dos alunos do 1º ano é necessário que este possa desenvolver atitudes e disposições favoráveis a leitura, conhecer os usos e funções sócias da escrita, compreender o princípio alfabético do sistema de escrita e ler e escrever palavras e sentenças, no 2º ano os alunos devem ler e compreender pequenos textos, produzir pequenos textos escritos e fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e no 3º ano os alunos deverão ler e compreender textos mais extensos, localizar informações no texto, ler oralmente com fluência e expressividade e produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e a escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área de matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Ao final do Ciclo Complementar no 4º e 5º Ano , todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do ciclo complementar em matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a

grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Assim, a escola deve ao longo dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrem e garantir a progressão continuada dos alunos.

Nos Ciclos finais do Ensino Fundamental os alunos deverão ainda ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada componentes curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

Neste sentido é de fundamental importância a avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionada na ação pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem, a escola utiliza procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes diagnósticos, adequando-os a faixa etária e as características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, são expressas com clareza, o que é esperado do educando em relação a sua aprendizagem e ao que for realizado pela escola, sendo registrado como fim para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica-PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização- PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar PAAE, devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola do Plano de Intervenção pedagógica e as redefinições das ações pedagógicas em sala de aula.

Precisamos entender que nada é mais motivador do que sentir-se capaz. “se a avaliação tornar-se uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso” A LDB, no seu artigo 9º incube a União de assegurar o processo Nacional de Avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os Sistemas de Ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria do ensino.

A resolução 469/2003, expressa que a Avaliação do de aprendizagem deve ser continua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e Ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades dos alunos. Na escola é organizado o processo de avaliação do 1º e 2º Bimestres: são distribuídos 20 pontos a cada bimestre, sendo: 12 pontos de atividades avaliativas (PROVA) e 08 pontos para trabalhos em sala de aula e extraclasse, participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola comportamento, pesquisa, assiduidade, freqüência.

No 3º e 4º Bimestre: serão distribuídos 30 pontos pra cada bimestre, sendo 18 pontos para atividades avaliativas (PROVAS) e 12 pontos para participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola, comportamento, pesquisa, assiduidade, freqüência, trabalhos realizados em sala de aula e extraclasse.

Cabe ao professor definir os instrumentos de avaliação a serem utilizados durante o ano, de acordo as necessidades de cada aluno e a natureza do conteúdo a ser trabalhado.

A escola deve oferecer a criança, condições para seu crescimento físico, emocional e social, sendo que a própria criança é agente de construção de sua história, partindo da realidade de seus conhecimentos, incentivando-a a ampliar suas potencialidades.

Para um bom relacionamento entre os sujeitos do processo educativo são desenvolvidas ações como projetos, palestras, reuniões, troca de experiências em parcerias tendo com suporte o Referencial Curricular Nacional e norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos.

É fundamental aos envolvidos no processo educativo terem vontade de fazer e criar, agir e ousar, princípios que devemos semear e cultivar em nós mesmo, e em nossos relacionamentos para que a transformação possa finalmente ocorrer.

Através de reuniões pedagógicas, por disciplina e modalidade de ensino, no início do semestre letivo, são avaliadas as ações desenvolvidas no semestre anterior, por meio de: conselho de classe, questionários, suplementos, gráficos e auto avaliação.

Com base no resultado, são montadas estratégias a serem implantadas pelo Especialista da Educação e o Diretor Escolar em consonância com os professores, visando favorecer o processo pedagógico a partir da identificação das potencialidades e limitações que cada docente apresentar. São feitos grupos de estudo e debates sobre a prática onde fica evidente a importância do trabalho coletivo.

Para inventar e organizar o trabalho escolar é preciso ser criativo no sentido mais generoso da palavra. E isso dá muito trabalho. Mas está na criatividade a possibilidade de melhorar a nossa prática, e assim sermos mais felizes.

CASTANEDA diz - nos que: “qualquer caminho é apenas um caminho e não constitui insulto algum para si mesmo, ou para os outros, abandoná-lo quando assim ordena seu coração. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessário e, então, faça a si mesmo, e somente a si mesmo, uma pergunta: possui esse caminho um coração? Se possui, esse é bom, caso contrário, ele não tem importância alguma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates realizados sobre o Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a sua estruturação, em vários momentos, abordaram o tema das Diretrizes para a Educação Básica e Resolução de nº 2.197, de 26 de Outubro de 2012. Ambas, foram objetos de análise além de outros documentos, durante o processo de análise do documento, foi de extrema importância vincular a um objetivo comum articulado aos fundamentos apresentados no Curso de Especialização de Gestores Escolares e a vivência na Escola Municipal Simão da Costa Campos.

Assim, este documento adota o entendimento de que é necessária uma atividade intencional e bem planejada e organicamente concebida, que se justifica pela realização de atividades voltadas para as mesmas finalidades ou para a concretização dos mesmos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola.

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. Não faltam discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. Porém, as asserções a respeito, muitas vezes, não ultrapassam o mero discurso.

A abordagem sobre qualidade da educação necessita ser problematizada no coletivo, de modo que sejam encontrados caminhos para a sua efetivação, o que implica a continuidade de políticas públicas educacionais que não sejam vulneráveis às mudanças eleitorais.

No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico.

No cenário atual, a qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos.

Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB o que por vezes compromete as raízes práticas da escola e volta-se apenas para a “mecanização” dos resultados para a avaliação externa.

Contudo, para as ações em prol da melhoria da qualidade da educação necessita permanentemente ações que contribuam para os processos do ensino e da aprendizagem, que contribuam para a formação de um cidadão participativo, protagonista de transformações, tendo como horizonte a justiça social. Nessa perspectiva, nesse contexto de mudanças é válido, considerar articulação de uma Gestão Democrática como um desafio para desencadear problematizações e buscar novos caminhos, no coletivo, pelos educadores imbuídos e comprometidos com a educação transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. *Para Além do Fracasso Escolar.* Campinas: Papirus, 1997.

BARRETO, Elba S.S. e outros. **Explicando as Alterações Básicas Introduzidas na Sistemática de Avaliação no Ciclo Básico.** In: SÃO PAULO Secretaria da Educação, *Ciclo Básico.* São Paulo: SE/CENP, 1990.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas: Autores Associados, 2004. 14

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos Textos, notas, índices por Juarez de Oliveira. 6ª Ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

CASTANEDA. R. Gonzalo. **A Empresa Colaborativa: Antecedentes e Desafios para O século XXI.** Universidade Da América México,1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, J:Vozes, 2006. CIDADESSat@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidade-sat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

DIAS, Regina Teixeira de Salles e FARIA, Vitória Barreto de. **Currículo na Educação: diálogos com os demais elementos da Proposta Pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 01 de Novembro de 2013.

FAUNDEZ, A. **O Poder da participação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3a ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando na contramão.** 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** Campinas: Papirus, 1995.

GADOTTI, M. **Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo.** In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie(orgs). Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002. Páginas 11-17.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** 1996. Texto extraído do site www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/ProjetoPoliticoPedagogico acesso em 30/10/2013, às 10h25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília. DF, Vol. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

LIMA, Elvira Souza. **Ciclos de Formação: uma reorganização do tempo escolar.** São Paulo: GEDH, 2000.

NARODOWSKI, Mariano. **Adeus à infância (e a escola que a educava).** In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.172-177.

Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 9 jul. 2010, Seção 1, p.10.

PLACCO, V. M. N. de S. **Formação de professores: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional.** In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. Para onde vão à orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. (Belo Horizonte – 2012)

Revista da FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade**, Salvador. v. 12. n. 20, jul./dez., 2003, p. 431-446.

SCHNEIDER, M. P. **Projeto Político Pedagógico e pesquisa: uma nova escola**. Videira: Unoesc, 2001.

SILVA, J. **Introdução: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. In: SILVA, J., HOFFMANN, J.; ESTEBAN, MT. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação como Processo de Inclusão**. In *Anais do Seminário de Educação de Criciúma*. Criciúma, Secretaria Municipal de Educação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2002.

WALLON, Henri et alii. **Plano de Reforma Langevin-Wallon**. In: MERANI, Alberto L. *Psicologia e Pedagogia - as idéias pedagógicas de Henri Wallon*. Lisboa: Editorial Notícias, 1977.

ZAIDAN, Samira. **Ciclos no ensino fundamental**. In: Revista *Presença Pedagógica* v. 5, n. 30, novembro/dezembro, 1999.